



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Teorias e Metodologias

TESE E ANTÍTESE: A AUTOETNOGRAFIA COMO PROPOSTA METODOLÓGICA

ARRUDA, José Pedro

Doutorando em Sociologia

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

jose.p.arruda@gmail.com

Resumo

A sociologia procura interpretar e dar sentido às relações sociais, integrando-as num certo modelo explicativo ou tese, que são geralmente atribuídos a um ou mais autores e inseridos numa corrente ou escola, gerando teorias sociais. Os modelos interpretativos acabam por tornar-se normativos e fechados num certo contexto sócio-histórico. Pretendo aqui explorar a possibilidade de libertar as análises sociológicas do fechamento académico a partir da centralidade do autor, que deve ser objeto do si próprio. A autoetnografia permite dar visibilidade a vários aspetos e agentes que ficam fora das teses e ao próprio sociólogo. Associada à Teoria Ator-Rede, procurará focar-se nas redes de interação que levam o etnógrafo a escolher as suas metodologias, permitindo ainda localizar a produção de conhecimento e dar visibilidade aos demais atores, humanos e não-humanos, envolvidos no processo.

Abstract

Sociology tries to interpret and add meaning to social relations, putting them into an explaining model or thesis which is usually accredited to one or more authors and inserted in a flow or school, generating social theories. Interpretative models become normative and closed in a certain social and historical context. Here I try to explore the possibility of freeing sociological analyses from closure by centralizing the author, who shall be object of herself. Autoethnography allows giving visibility to several aspects and agents that remain outside thesis and to the sociologist herself. Connected with the Actor-Network Theory, it will focus the interactional network that make the ethnographer choose her methodologies, allowing also to locate the production of knowledge and make visible the rest of the actors, humans and non-humans, in the process.

Palavras-chave: Teoria social; Teoria Ator-Rede; autoetnografia; sujeito-objeto; não-humanos.
Keywords: Social theory; Actor-Network Theory; autoethnography; subject-object; non-humans.

PAP0270

Introdução

Na primeira parte deste ensaio, discuto os conceitos de teoria e de teoria sociológica. Para isso, é importante perceber a relação entre teoria e empirismo e como as ideologias dominantes numa disciplina ou escola influenciam os dados recolhidos, apresentados como factos. Na segunda parte, debruço-me sobre a revolução epistemológica proposta pela *Actor-Network Theory* (ANT), tendo como referência os trabalhos de Bruno Latour e Michel Callon, em particular o artigo “Unscrewing the Big Leviathan: How Actors Macrostructure Reality and How Sociologists Help Them to Do So” (1981). Explicito depois de que forma a ANT pode ser aplicada metodologicamente. Em seguida, procurarei demonstrar algumas das incompatibilidades entre a ANT e a sociologia crítica ou a investigação-ação. Na terceira parte, proponho uma nova abordagem metodológica para as ciências sociais, que passa pela incorporação de alguns aspetos provenientes da autoetnografia no quadro metodológico da ANT.

1–Teoria Social e Teoria Sociológica

Em termos latos, a teoria social é um conjunto de teses que procura fornecer um modelo racional, interpretativo e explicativo do mundo social. Na tradição sociológica, nunca houve um consenso sobre o que é a teoria social (Joas and Knöbl, 2009). Para começar, muitos debates centraram-se na essência da investigação sociológica e nas relações entre teoria e pesquisa empírica. Deve a sociologia ser positivista e procurar a neutralidade científica ou, por outro lado, procurar intervir normativamente na sociedade, defendendo ideais políticos e morais? Se sim, qual é então a relação entre sociologia e ética social? Por outro lado, se a sociologia for meramente empírica, como distingui-la do simples senso comum? Apesar de todas as polémicas, um ponto aparentemente consensual, sublinham Joas e Knöbl, é que as teorias sociais nunca estão livres da observação empírica e que todas as generalizações que se constroem sobre uma determinada sociedade ou grupo, verificáveis ou não empiricamente, são teorias.

Esta discussão não se restringe ao âmbito das ciências sociais; também nas ciências “duras”, que sustentam a sua autoridade epistemológica na experimentação e no empirismo, nem sempre os factos podem ser separados das teorias. Feyerabend (1993) afirma que muitas das mais notáveis descobertas científicas devem-se não à descoberta de novos factos, mas sim à sua reinterpretação à luz de novas teorias. Os factos científicos são produzidos e, depois de cristalizados como verdades, tornam-se inseparáveis da teoria. “A história da ciência, bem vistas as coisas, não consiste apenas em factos e em conclusões extraídas dos factos. Contém também ideias, interpretações dos factos, problemas criados por interpretações conflituais, erros e assim por diante” (Feyerabend, 1993: 25). Porém, as ciências naturais insistem na perspetiva positivista e sustentam que a única forma de apreender a realidade é através do método científico, assente na verificação.

Aplicando o positivismo rígido às ciências sociais, apenas o que pode ser demonstrado empiricamente logra integrar uma teoria social. Karl Popper contraria a abordagem positivista, realçando que muitas das afirmações teóricas não são sequer verificáveis nem podem ser provadas (Joas and Knöbl, 2009). Assim, o mecanismo de validação das teorias não deve ser a possibilidade de verificação mas sim de falsificação, ou seja, todas as teorias devem ser aceites enquanto não forem refutadas pela experiência. Isto significa também que a ciência deve ser continuamente testada e questionada, expondo-se ao risco da falsificação, enquanto o que não pode ser empiricamente refutado – como a metafísica – não deve sequer ser alvo de análise científica. Embora a perspetiva de Popper abra maior espaço à interpretação das realidades do que a positivista, ambas acabam por reduzir o real a factos que podem ou não ser validados cientificamente.

As teorias positivistas aplicadas aos fenómenos sociais começaram a ser particularmente contestadas pela antropologia pós-estruturalista. Contrariando a lógica das ciências naturais, estes autores sustentam que a única maneira de descrever os factos culturais consiste em interpretá-los (Geertz, 1993). Em *The Interpretation of Cultures*, Geertz entende as culturas como um conjunto de textos, mensagens e sinais que só poderão ser significantes quando devidamente interpretados. Uma gesto como um piscar de olhos pode servir de exemplo paradigmático da necessidade da interpretação na compreensão do mundo. O facto social

aqui não é o fechar e abrir da pálpebra mas sim a mensagem codificada que este gesto encerra e que o etnógrafo deve interpretar e tornar inteligível.

A maior inovação da perspectiva pós-estruturalista é a ideia de que o conhecimento produzido pelas ciências é uma construção e, como tal, uma realidade em si e não a representação da realidade externa. Os textos antropológicos são ficções, no sentido em que são algo construído e utilizado como modelo interpretativo, o que não significa que sejam falsos, não-factuais ou meras hipóteses conceptuais. Para os teóricos da pós-modernidade, esta noção transpõe as barreiras das ciências sociais e deve também aplicar-se às ciências naturais. Foucault foi um dos pensadores a desafiar a ideia de que os conhecimentos produzidos pelas ciências naturais correspondem a uma verdade exterior ao ser humano, que se encontra na natureza à espera de ser descoberta. Em *As Palavras e as Coisas* (2005), Foucault debruça-se sobre a história dos saberes, aplicando um ceticismo sistémico em relação a todos os universais científicos, moldados pela concepção pós-cartesiana do mundo, em que tudo é passível de objetivação, de quantificação e de imputação causal.

Para Foucault, os sistemas de pensamento são situados historicamente e não definidos pela ação dos indivíduos, mas pelas estruturas sociais. As ciências não são apenas um saber, definem práticas e modelos de entendimento, cristalizando-se como instituições. O autor concentra assim a sua atenção na *episteme*, sistema de conceitos que define o conhecimento para uma dada época. Contrariando o pensamento científico tradicional, rejeita a ideia de que existem verdades por natureza; toda a verdade existe por convenção e depende sempre de jogos de forças e mecanismos de poder. São as instituições e práticas do saber-poder que definem o tipo de conhecimento a ser produzido. Podemos invocar também o trabalho de Khun, para quem não é o conhecimento empírico que leva à rejeição das teorias e à sua substituição, mas lutas de interesse entre gerações de cientistas, pelo que nem sempre as provas empíricas e as novas descobertas científicas são suficientes para destruir teorias prévias e amplamente aceites (Joas and Knöbl, 2009).

Apesar das polémicas e divergências, todas as teorias sociais partilham algumas características. Primeiro, servem para integrar os dados empíricos num quadro interpretativo que lhes forneça sentido e relevância. Os mesmos dados podem ser lidos à luz de diferentes teorias e fazer sentido em todas elas. Segundo, as teorias são geralmente atribuídas a um autor – como se nota pelo frequente recurso à citação nos trabalhos académicos – que, por sua vez, é habitualmente inserido numa escola ou instituição (i.e. Escola de Frankfurt, Escola de Chicago, etc.) ou identificado com uma determinada corrente de pensamento (i.e. estruturalismo, funcionalismo, escola crítica, etc.). Terceiro, as teorias sociais tendem a oscilar entre dualismos e oposições criados pela própria tradição sociológica, como micro-/ macro-, estrutura/ contexto ou sistema/ ação. Atualmente, muitas abordagens procuram mover-se simultaneamente nos dois pólos destes binómios. Finalmente, o conceito de teoria social evoca a ideia de comunidade humana, o que exclui da reflexão sociológica todos os agentes não-humanos que medeiam e executam vários tipos de interações sociais.

Será, porém, legítimo considerar qualquer corrente ou escola das ciências sociais como uma teoria social? Charles Lemert (2008) traça uma distinção entre teoria social e ciência social, apesar de os conceitos terem uma raiz comum. Os grandes impulsionadores da sociologia enquanto ciência, como Durkheim, Weber ou Simmel, podem também ser considerados grandes teóricos sociais. Contudo, com a crescente especialização das áreas do saber, mesmo nas ciências sociais, a ideia de uma teoria geral da sociedade, capaz de dar resposta aos problemas globais e de gerar um bem comum universal, parece cada vez mais desajustada. Em comparação com a ciência social contemporânea, a teoria social dos clássicos parecerá menos analítica e mais generalista, menos preocupada com o rigor científico e mais próxima da ética social. Será que devemos então continuar a utilizar o conceito de teoria social para designar algumas das práticas sociológicas contemporâneas? O meu argumento é que podem existir formas de produzir conhecimento sociológico válido e politicamente relevante que escape à designação de teoria social. Certas práticas metodológicas podem levar a transformações profundas na epistemologia do social, constituindo inegavelmente teorias sociológicas, mas capazes de questionar a própria definição de “social”.

2 - Revolução Epistemológica

2.1 Os Fundamentos da ANT

Latour e Callon lançam os fundamentos da *Actor-Network Theory*, num artigo (1981) cujo propósito é desaparafusar o monstruoso Leviatã de Hobbes, que representa o corpo político onde se inscreve o contrato social que regula as relações entre todos os seres humanos. A inovação da proposta de Hobbes é também o seu paradoxo: a soberania deste monstro não se encontra por cima dos seres humanos mas dentro deles, sendo a multidão a forma e a matéria do corpo político. Hobbes não concebe diferenças de grandeza entre o Leviatã e cada um dos atores que o alimentam. Porém, nunca esclarece como o micro- se torna macro- ou como o somatório de todos os seres humanos passa a agir como um só.

Para desmontar este paradoxo, Callon e Latour propõem substituir a noção de contrato social pela de tradução, significando as intrigas, negociações, cálculos, atos de persuasão e violência que cada ator empreende com vista a adquirir o direito de falar ou agir em nome de outro. O objetivo é perceber os processos que permitem ao micro- tornar-se macro-. Para isso, a proposta de que todos os atores são isomórficos torna-se particularmente útil. Isto não significa que todos os atores tenham o mesmo tamanho, mas que não há forma de medi-lo *a priori*. Defini-lo passa por considerar os atores em redes e incidir sobre os processos de tradução que estes empregam nas interações. Callon e Latour criticam os sociólogos por terem tomado como certas as diferenças de nível entre a análise micro- ou macro-social, o que os leva a adotar diferentes mecanismos analíticos consoante a dimensão que atribuem aos atores.

A segunda crítica que Callon e Latour fazem ao conceito de contrato social é o facto de este se inserir e reproduzir exclusivamente nos humanos. Pegando como exemplo os estudos que se têm realizado com babuínos desde 1950, os autores contrariam a ideia de que existe uma oposição entre a ordem social, exclusiva dos humanos, e a desordem caótica do mundo natural. Os babuínos, à semelhança de outros animais, não existem simplesmente numa ordem definida pela natureza. Eles possuem estruturas sociais e elaboradas hierarquias que apenas se tornam visíveis na interação entre os indivíduos. Essas estruturas não são assim totalmente rígidas nem imutáveis, tendo que ser afirmadas continuamente por atos e performances, sendo fonte de disputa, conflito e negociação. Como os humanos, os babuínos estabelecem alianças estratégicas, procurando manter uma ordem social benéfica para os seus interesses.

A principal ilação que podemos retirar desta analogia é que o contrato social precisa de mais do que das relações entre os corpos para tornar-se no Leviatã de Hobbes. A capacidade de um ator crescer, integrando outros atores na sua soberania, depende da sua capacidade de associar a si não apenas corpos mas também materiais, discursos, técnicas, sentimentos, leis e organizações. As diferentes resistências e durabilidades dos materiais que cada ator consegue associar a si é o que define a sua grandeza. O sucesso destas associações será efetivo apenas quando estas ligações entre um ator e os demais forem colocadas numa caixa negra que as invisibiliza. Um ator bem-sucedido na tarefa de criar assimetrias de valor favoráveis é o que consegue sentar-se numa pilha de caixas negras que encerram em si modos de pensamento, hábitos, forças e objetos. Há que salientar, contudo, que estas caixas nunca estão definitivamente fechadas, pelo que o processo de diferenciação não é irreversível. Cabe ao sociólogo desmontar as caixas, identificando os atores micro- que aí estão associados na tentativa de criar um ator macro-.

2.2 Aplicar a Teoria Ator-Rede

Em *Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory* (2005), Latour afirma que as ciências sociais procuram realizar, simultaneamente, três tarefas: 1) documentar as formas como o social é construído pelos seus membros; 2) estabilizar as controvérsias sobre o social, limitando a variedade de entidades que interagem no mundo; 3) resolver a ‘questão social’, oferecendo acrescimento à ação política. Ao desenvolver estas tarefas simultaneamente, os sociólogos acabaram por substituir o objeto a ser estudado (as interações dos atores) por conceitos (como “sociedade” ou “corpo político”) e modelos explicativos, perdendo a capacidade de rastrear e visualizar as interações sociais. A ANT propõe assim uma *sociologia de associações*

que pretendeseguir os atores, aprender como eles formam coletivos, numa tentativa de recoletar e reconectar o social. Esta abordagem visa destruir as dicotomias social/ tecnológico, humano/ não-humano, micro-/ macro- e estrutura/ ação. Para isso, Latour propõe que se rejeitem as grandes construções erguidas pela sociologia e que voltemos a pensar o social plano e sem relevo. As interações sociais ocorrem sempre num determinado contexto, construído a partir de interações prévias. Porém, reconhecer a existência de um contexto não é suficiente para nos permitir entendê-lo.

Embora os cientistas sociais se orgulhem de ter conferido volume a interações anteriormente planas, Latour afirma que eles avançaram demasiado depressa. Ao tomarem como certa a existência do relevo, esqueceram um dos principais fenómenos das ciências sociais: a produção de lugar, tamanho e escala. Assim, para compreender como se estabelecem e mantêm as diferentes dimensões, a ANT propõe uma cartografia bidimensional das interações e dos atores, relegando-os para uma paisagem plana onde pode medir-se a real distância que as ligações sociais têm de superar. Para nos mantermos neste terreno plano, Latour propõe que se empregue um esforço corretivo, que passa por três movimentos essenciais: localizar o global; redistribuir o local e conectar os lugares.

O primeiro movimento passa por estabelecer ligações contínuas a partir de uma interação local até outros lugares, tempos e agências. Assim, é preciso seguir o trilho dos elementos que constituem um local, desenhando a rede de interações na qual os elementos de ligação não são meros intermediários mas mediadores completos, que transportam e transformam a sua carga. A vantagem é colocar os intervenientes lado a lado, em plano de igualdade, permitindo dar visibilidade a alguns elementos relegados para segundo plano ou obscurecidos pela aparente falta de importância. O segundo movimento faz incidir a atenção sobre as formas como os atores se articulam no movimento pelas redes. Cada ator transporta uma diversidade de agências que circulam incessantemente. A ideia central é que nenhum atributo é característica intrínseca, ontologicamente independente e intransmissível de um sujeito-objeto. Nenhum lugar domina o suficiente para ser global nem é suficientemente autónomo para ser local; todos são pontos de chegada provisórios.

Os dois primeiros movimentos são essencialmente negativos, constituindo medidas corretivas sobre a análise social que permitem reembaralhar, redistribuir e des-socializar as entidades sociais. Porém, ao executar em simultâneo estes movimentos, somos conduzidos a um terceiro que, permite reabilitar algumas das construções formais anteriormente rejeitadas. Latour chama de “móveis imutáveis” o conjunto de objetos-padrão que permanecem inalteráveis na sua circulação pelas redes: as medidas, as horas, as leis e mesmo as teorias, conceitos e conhecimentos de diversas áreas. Estes padrões são o plasma do social e conseguem conectar lugares distantes e aparentemente desligados pela ação de mediadores que são, na verdade, o centro do universo social. Estes mediadores são híbridos entre natureza e cultura, coletivos de humanos e não-humanos, capazes de traduzir e transformar aquilo que transportam, pelo que não se apresentam como sujeitos nem objetos, mas sim *quase-objetos* (Latour, 1994, 2005).

Em suma, a epistemologia proposta por Latour passa por olhar atentamente para as interações e associações que os atores humanos e não-humanos estabelecem no processo de formação de novos coletivos. O que importa não é tratar os objetos como sujeitos mas tratar os humanos como objetos. Ser tratado como uma coisa não significa ser reduzido a uma mera questão de facto, mas ser autorizado a viver uma vida múltipla e variada, distribuída por várias questões de interesse. Perceber os seres humanos como objetos permite tornar visíveis os seus desdobramentos, para, de seguida, unificar os coletivos que estes formam num mundo comum e que é aceite pelos que nele estão. A ANT procura, assim, a composição progressiva do mundo, desenvolvendo mecanismos suficientemente sensíveis para capturar e integrar nos coletivos as muitas entidades deixadas fora que aguardam a vez para entrar.

Callon, em “Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay” (1986), fala de sociologia da tradução e não de sociologia das associações, embora os conceitos estejam muito relacionados. Começa por reconhecer dificuldades nas relações entre o conhecimento sociológico e o das ciências naturais, gerando alguma incapacidade por parte da sociologia em compreender os processos pelos quais esse conhecimento é produzido. Essas dificuldades devem-se a: questões de estilo, de natureza teórica e de ordem metodológica. Para superar as dificuldades, Callon propõe três princípios metodológicos:

1) Agnosticismo. O sociólogo deve manter-se imparcial face aos argumentos científicos e tecnológicos utilizados pelos protagonistas de qualquer controvérsia. Deve abster-se de censurar os atores quando estes falam e argumentam sobre si próprios ou quando analisam o que os rodeia. Nenhum ponto de vista deverá ser privilegiado nem nenhuma interpretação censurada. Deverá ainda procurar não fixar as identidades dos atores implicados na análise, pois estas encontram-se ainda num processo de negociação.

2) Simetria. O sociólogo deve explicar os vários argumentos e pontos de vista que se confrontam, numa qualquer controvérsia, utilizando os mesmos termos e procedimentos. Desta forma, deverá utilizar um único repertório nas suas descrições e não oscilar entre repertórios diferentes. Cabe-lhe procurar convencer os seus pares de que a escolha destes termos foi a mais adequada. Não deve também mudar de registo consoante aborde aspetos técnicos ou sociais de um problema.

3) Associação livre. Deve-se abandonar todas as distinções construídas *a priori* entre eventos naturais e sociais. A delimitação e separação destas esferas devem ser evitadas, já que correspondem ao resultado da análise e não ao seu ponto de partida. Em vez de impor uma grelha de análise pré-estabelecida, deve seguir-se os atores, tentando compreender como estes definem e associam os elementos através dos quais constroem e explicam o seu mundo.

2.3 Sociologia Crítica & Actor-Network Theory

A Teoria Ator-Rede constrói-se por oposição à sociologia crítica de Pierre Bourdieu. Vandenbergue (2006) sugere que Latour é quase o “anti-Bourdieu”, dando ênfase à oposição académica e epistemológica entre os dois. Porém, a ANT não pode ser reduzida a uma disputa intelectual e é necessário perceber os motivos basilares que afastam as teorias. Em primeiro lugar, a sociologia crítica parte do reconhecimento de problemas estruturais ou sistémicos que afetam a sociedade. Assim, as reflexões críticas tenderão a oscilar entre a liberdade de ação e o determinismo estrutural, atentando no grau de ligação a cada um dos pólos. A ANT rejeita esta abordagem, recusando qualquer ideia prévia sobre “estrutura” ou “contexto” e sugerindo uma visão míope no que toca às associações entre atores.

Por outro lado, a ANT não lida bem com o carácter normativo e politicamente orientado da sociologia crítica. Podemos, por isso, alargar esta oposição a outras correntes críticas, como a sociologia pública de Burawoy (2004). Assumidamente, a sociologia pública visa dar conta das injustiças sociais e procura formas de combatê-las, dando voz e visibilidade aos marginalizados pelo poder político, redes sociais e até pela academia. Em Portugal, as propostas de Boaventura de Sousa Santos (2007) seguem esta orientação, apontando a pesquisa-ação como a forma de aproximar a universidade dos conhecimentos produzidos fora dela e revitalizar os saberes e as epistemologias do Sul. Santos propõe um pragmatismo epistemológico, típico das culturas do Sul, em detrimento de uma epistemologia assente em modelos conceptuais e abstratos. A ideia é deslocar o foco de atenção das causas para as consequências.

Por seu turno, Latour propõe que, para a sociologia ser fiel à experiência do social, se assumam três deveres sucessivos: 1) abrir controvérsias relativamente às associações possíveis e aos novos elementos que nelas podem entrar; 2) seguir os atores para perceber como eles procuram estabilizar as incertezas através da construção de formas, padrões e medidas; 3) ver como as assembleias assim reunidas renovam a sensação de estarmos no coletivo (Latour, 2005: 249). A partir destes objetivos gerais, desenvolve o conceito de epistemologia política da ANT, acusando a sociologia crítica de ter confundido sociedade e coletivos. O principal erro não foi ter assumido um aspeto político ou ter misturado ciência com política, mas sim ter partido de definições de ciência e política sem a preocupação de medir o número de entidades que estas associam. A sociologia crítica, segundo Latour, subestimou a dificuldade de fazer política pela insistência em que o social consiste apenas num pequeno número de tipos de participantes.

A ANT, por sua vez, tem vindo a ser acusada de dois pecados simétricos e contraditórios: o primeiro é estender a política a tudo, incluindo ao “lugar sagrado” do interior da tecnociência; o segundo é ser indiferente às desigualdades e às lutas sociais, não oferecendo influência crítica e convivendo bem com o poder (*idem*: 251). Para Latour, a Esquerda depende da ciência para reforçar o seu projeto emancipatório,

pelo que politizar a ciência significa privar os explorados da única hipótese que têm para equilibrar a balança, apelando à racionalidade e objetividade. Ele admite que é difícil encontrar o projeto político da ANT, mas porque o conceito de relevância política também tem de ser modificado. A única forma de fazer política não é assumir as construções e as estruturas que nos são dadas como completas e indiscutíveis, mas através de uma atenção permanente às possíveis novas associações. Mesmo sem um compromisso político pré-definido, não é correto afirmar que a ANT pactua com o poder ou que é indiferente às injustiças. Simplesmente não toma o social como garantido nem pretende dar voz à “sociedade” abstrata.

3 - Proposta Metodológica

3.1 O auxílio da autoetnografia

A ANT abre possibilidades metodológicas, apostando numa etnografia da ação, centrada nos movimentos dos mediadores. Simultaneamente, permite uma redefinição epistemológica das ciências sociais, construindo factos a partir do que os atores executam em vez de inseri-los em modelos teóricos prévios. Assim, a ANT pode ser entendida como uma epistemologia pragmática da ação, que procura os efeitos do social antes de conceptualizá-lo. Porém, estas propostas geram alguma ambiguidade no que respeita ao papel do sociólogo. Se, como sugere Latour, tratarmos os atores como objetos, para perceber as associações que geram, tendo por base que o sociólogo é um ator como qualquer outro, deverá o sociólogo ser tratado como um objeto? E será possível “pensar” como um objeto? Por outro lado, para seguir os princípios do agnosticismo, simetria e livre associação de Callon, o sociólogo deve abdicar do seu julgamento interpretativo e das associações que para si são visíveis, mesmo que para outros atores não sejam? Se as respostas a estas questões forem afirmativas, o papel do cientista social reduz-se ao de uma câmara de filmar, capaz apenas de registar factos sem qualquer significado ideológico, conceptual ou emocional.

Para contornar estas dificuldades, será útil acrescentar à ANT um novo mecanismo metodológico, derivado da autoetnografia. O conceito nasce na antropologia mas tem vindo também a ser adotado pela sociologia, em particular no que refere aos estudos feministas e pós-coloniais. Inicialmente, a autoetnografia foi entendida como um mecanismo eficaz para dar voz às condições de vida de grupos considerados subalternos e para valorizar as experiências vividas dos membros desses grupos. Deborah Reed-Danahay (1997) reconhece que a autoetnografia pode conter múltiplos significados, sendo difícil caracterizá-la a nível de conceito, de método ou de discurso. Ela chama a atenção para muitas das distinções teóricas em torno do conceito e respetivas variações, como auto-antropologia, antropologia autoetnográfica, registos auto-reflexivos ou narrativas autobiográficas. Não é o propósito deste artigo discutir os diferentes significados da autoetnografia nem os seus diferentes usos, mas sim conjugar o conceito com a ANT e esclarecer a utilidade desta associação.

A autoetnografia pode relacionar-se com a noção de “dupla consciência”, proposta por Dubois (1996). Uma das ideias subjacentes ao conceito prende-se com a autenticidade dos registos autoetnográficos. Em virtude dessa dupla consciência, poder-se-ia considerar que os subalternos, os desprotegidos e os que são invisibilizados por poderes hegemónicos poderiam fornecer um registo mais autêntico da sua condição social, já que têm acesso à cultura dominante, ao mesmo tempo que se situam também “do outro lado da linha abissal” (Santos, 2007). Porém, esta questão é polémica. A prática etnográfica tradicional favorece o distanciamento em relação ao objeto e não a proximidade, com vista a uma leitura rigorosa, imune aos interesses individuais do observador. Por outro lado, o pressuposto da autenticidade não pode ser encarado levianamente, constituindo um dos desafios mais complexos da etnografia: o que é a autenticidade? Pode esta ser apreendida pela etnografia? O que está dentro vê melhor a “sua” realidade social? E conseguirá traduzi-la de forma inteligível para alguém que está de fora?

A discussão sobre o que é ou não autêntico pode ser de grande importância para algumas áreas da sociologia; contudo, no que respeita à ANT, este debate é infrutífero. Grande parte dos usos que têm sido dados à autoetnografia não podem servir à ANT, nomeadamente a discussão sobre as vantagens de estar dentro ou

fora. Pela lógica das associações e da tradução, o sociólogo faz irremediavelmente parte do coletivo que estuda. Em segundo lugar, seria um contrassenso, pela ANT, considerar *a priori* um grupo social como uma realidade coletiva, una e coesa. Podemos ainda acrescentar que tomar objetivos políticos ou emancipatórios como móbil para a investigação estaria dolorosamente distante dos princípios do agnosticismo, simetria e livre associação. Porém, a ideia de dupla consciência pode efetivamente ser aproveitada pela ANT, embora num registo diferente do habitual. Já não se trata da dupla consciência de quem absorve duas realidades identitárias e culturais, mas do duplo papel do sociólogo enquanto sujeito e objeto.

Se o sociólogo é apenas um ator entre outros e, como tal, é um objeto que se associa a outros objetos, particularmente quando delega os seus conceitos num livro ou em qualquer outro material, ele é também um sujeito que produz significados, sentimentos, emoções e que é auto-reflexivo. Mesmo que nas suas interações seja apenas um ator comum procurando associações com outros atores, traduzindo e deslocando os seus interesses de forma a expandir-se nas redes, enquanto produtor de ciência social tem de assumir o seu papel de sujeito pensante, que faz escolhas e que define objetos. Esta dupla faceta do sociólogo enquanto sujeito e objeto não lhe fornece o direito de achar-se superior aos seus objetos de estudo nem de interpretá-los consoante os seus interesses. Seguir os atores, manter o social plano, rejeitar os dualismos construídos *a priori*, não tomar como certas ligações ainda não testadas e respeitar os princípios do agnosticismo, simetria e associação livre são ensinamentos valiosos que se retiraram da ANT e dos quais não se deve abdicar.

Assim, de que forma a autoetnografia pode relacionar-se ou acrescentar algo à ANT? Essencialmente, o seu contributo resume-se a dois conceitos fundamentais: posicionamento e reflexividade. Para posicionar-se, o sociólogo deverá revelar o porquê do seu interesse no objeto, explicitar o tipo de relação que manteve com ele antes do estudo, identificar as associações e os atores que contribuíram para que esse objeto entrasse na sua vida, falar abertamente das opiniões, emoções e sentimentos que definem a sua relação com o mesmo. Por outro lado, a reflexividade deverá servir para tornar visível o processo de elaboração do trabalho, para identificar as mudanças de rumo ou de abordagem, para justificar o porquê de seguir um determinado ator e não outro, para dar a entender os vários deslocamentos que experimentou durante este processo de tradução de agências, atores e interesses divergentes.

Em suma, adicionando uma abordagem autoetnográfica à ANT, o sociólogo deve: 1) justificar o interesse pelo tema e as suas escolhas metodológicas; 2) posicionar as suas interpretações, explicando de que forma as experiências biográficas ou as crenças culturais o ajudam a visualizar alguns atores em detrimento de outros; 3) revelar as interrupções, reformulações e dúvidas que se geram durante a elaboração do seu trabalho; 4) integrar os efeitos das suas intervenções nos objetos estudados, questionando de que forma a sua presença condiciona o desenrolar dos acontecimentos e ponderando os eventuais efeitos do seu estudo. Esta estratégia permite dar visibilidade à ação do sociólogo e às suas opções, sem obscurecer os movimentos dos atores que está a seguir. Callon (1986), na sua demanda pelos princípios elementares da observação sociológica, fez desaparecer do cenário o próprio sociólogo, falando como se a sua presença no local não tivesse qualquer efeito nos restantes atores e como se as suas ilações sobre os Pontos de Passagem Obrigatórios ou as diferentes fases do processo de tradução fossem evidências para qualquer outro observador. O que falta à sua proposta é a visibilidade que tem de ser conferida a si próprio e à sua racionalidade, responsáveis pela tradução de uma série de dados empíricos.

3.2 Tese e ANTítese

O objetivo deste artigo é questionar a tese de que uma teoria social é construída por humanos, sobre humanos e para humanos. Em vez disso, afirmo que as teorias sociais são construções complexas, híbridos compostos por cientistas, inseridos num grupo ou escola, influenciados por convenções e paradigmas, sujeitos a regras formais e à aprovação da comunidade, dependentes do reconhecimento público, que passa pela materialização dos seus escritos em livros ou artigos, que vão tornar-se mais ou menos influentes consoante as associações que realizem. Quando citamos ou atribuímos teses a um autor, ignoramos uma imensidade de outros que são decisivos para a mera existência da referida tese e da nossa apropriação da mesma. Como podemos contrariar a autoridade absoluta que o autor parece ter sobre as suas teorias? Paradoxalmente, a

melhor solução parece ser dar visibilidade ao cientista, ao seu contexto específico de produção de conhecimento e aos restantes atores que com ele interagem. Os factos e as provas empíricas não podem ser desligados das teorias nem do *locus* específico da produção de saber.

“Os factos contêm componentes ideológicas, concepções anteriores que se perderam de vista ou que talvez nunca tenham sido formuladas de modo explícito. Estas componentes são altamente suspeitas. Em primeiro lugar, dada a sua idade e as suas origens obscuras: não sabemos porquê nem como foram introduzidas; em segundo lugar, porque a sua própria natureza as protege, e sempre as protegeu, de um exame crítico.” (Feyerabend, 1993: 89)

Isto conduz a que as teorias científicas e os factos que as sustentam se cristalizem como “entidades sem tempo”, como se fossem independentes dos acontecimentos, dos atores e dos locais que as produziram. “Contudo, este modo de proceder esquece que a ciência é um *processo histórico* [itálico do autor] complexo e heterogéneo que contém antecipações incoerentes e vagas de ideologias futuras a par de sistemas teóricos altamente elaborados e formas antigas e petrificadas de pensamento” (*idem*: 145). Esta estratégia de ocultação, em caixas negras, dos diversos elementos que estão associados a qualquer teoria científica, é a forma de a ciência moderna purificar o conhecimento que produz, assumindo-o como a verdade. É então importante perceber as bases ideológicas desta estratégia de validação do saber, que acentua a dominação epistemológica da ciência moderna sobre as formas alternativas de produção de conhecimento.

Segundo Latour (1994), a *Constituição Moderna* definiu-se a partir do debate entre Robert Boyle e Thomas Hobbes na década de 1660. Para Hobbes, o Estado deve controlar todas as coisas através do sistema político, criado pela humanidade e capaz de controlar a natureza e a sociedade. Do outro lado, Boyle sustenta que os humanos devem construir as suas normas sociais a partir das leis naturais inegáveis, mesmo que estas estejam apenas ao alcance de um pequeno grupo de investigadores fechados num laboratório. O efeito principal deste debate é a criação de uma divisão entre Conhecimento e Poder. Hobbes criou os principais recursos de que dispomos para falar de poder: representação, soberania, contrato, propriedade, cidadãos. Boyle fez o mesmo em relação ao conhecimento científico: experiência, facto, testemunho.

Latour considera paradoxal e erróneo este tipo de conhecimento, daí a ilação provocatória de que “jamais fomos modernos”. A sua crítica fundamenta-se na separação dos saberes, possibilitada por dois conjuntos de práticas radicalmente opostas. “O primeiro conjunto de práticas cria, por “tradução”, misturas entre géneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por “purificação”, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a dos não-humanos, de outro.” (*idem*: 16). Porém, cada vez mais, o conhecimento, a política e os discursos estão interligados e são inseparáveis. O papel das ciências sociais será o de reatar este nó górdio, demonstrando que todo o conhecimento produzido é também poder, e que dele fazem parte diversos agentes, humanos e não-humanos. O conhecimento científico é o resultado da associação de uma infinidade de agentes, de vários tipos: comunidade científica, factos observáveis, teorias prévias, recursos materiais, regras formais, poder político, etc. (Feyerabend, 1993). Devemos, por isso, dar mais importância ao trabalho de tradução, que nos permite compreender como se formam estes híbridos, do que ao de purificação, que apenas favorece a proliferação dos *quase-objetos*.

Conclusão

Atribuir uma tese ou uma teoria social a um autor, uma escola ou uma corrente de pensamento é uma estratégia de purificação do conhecimento. O modelo metodológico e epistemológico que proponho visa o contrário, colocando a ênfase no processo de produção de cada tese sociológica, identificando todos os atores que nele interagem, incluindo o próprio sociólogo. Perceber como os diversos atores constroem o social, associando-se e traduzindo-se mutuamente, deve ser o principal objetivo. Porém, o sociólogo não deve presumir-se capaz de apreender e representar a realidade social “como ela é”. Para isso, deve ter-se em conta a si mesmo, simultaneamente na condição de objeto que age e de sujeito que pensa. Esta dupla consciência que a autoetnografia pode conferir à ANT não torna o sociólogo na autoridade absoluta dos seus escritos nem no único responsável pelas suas teses. O contributo da ANT favorece uma prática metodológica assente

numa etnografia densa e num avanço lento e cuidadoso na construção do mundo social, registrando os atores, os mediadores e os seus movimentos.

A prática metodológica que proponho não pode ser entendida como uma teoria social, pois carece de objetivos, objetos e sujeitos definidos *a priori*. Em vez disso, poderá ser vista como uma teoria sociológica, já que fornece um modelo epistemológico cujo produto final só passará a existir à medida que é produzido e reproduzido. Contrariando o modelo positivista, esta estratégia não separa os factos das teorias nem do contexto específico da sua produção. Simultaneamente, favorece um modelo epistemológico liberto das construções ideológicas e conceptuais prévias. Não será esta a única ou a mais correta forma de fazer ciência, mas é certamente uma alternativa válida e pragmática, capaz de conferir visibilidade aos elementos que são geralmente deixados de fora do universo social e, sobretudo, do pensamento científico.

Referências Bibliográficas:

- Burawoy, Michael(2004). “Public Sociologies: Contradictions, Dilemmas, and Possibilities”, *Social Forces*, 82(4), 1-16.
- Callon, Michel(1986). “Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay”. In Law, John, *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?*(pp.196-223). London: Routledge.
- Callon, Michel and Latour, Bruno (1981). “Unscrewing the Big Leviathan: How Actors Macrostructure Reality and How Sociologists Help Them To Do So”. In K. Knorr et A. Cicourel (editors) *Advances in Social Theory and Methodology*, (pp. 277-303). London: Routledge.
- Du Bois, W. E. B. (1996). *The Souls of Black Folk*.London: Penguin Classics.
- Feyerabend, Paul (1993). *Contra o Método*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Foucault, Michel (2005). *As Palavras e as Coisas*. Lisboa: Edições 70.
- Geertz, Clifford (1993). *The interpretation of Cultures*. London: Fontana Press.
- Joas, Hans & Knöbl, Wolfgang (2009). “What is Theory”.In *Social Theory.Twenty Introductory Lectures*. (pp. 1-19). Cambridge: Cambridge University Press.
- Latour, Bruno (2005). *Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory*.Oxford: Oxford UniversityPress.
- Latour, Bruno (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lemert, Charles (2008). *Dark Thoughts.Race and the Eclipse of Society*.New York: Routledge.
- Reed-Danahay, Deborah (ed.) (1997). *Auto/ Etnography. Rewriting the Self and the Social*.New York: Berg.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007). “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”,*Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Vandenbergue, Frédéric (2006). “Construção e crítica na nova sociologia francesa”,*Sociedade e Estado*, 21 (2), 315-366.